

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Apresentação

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

Destaque

• Resultado do Exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco registrou Lucro líquido de R\$ 206.942 (2018 - R\$ 237.576), correspondente a R\$ 0,14 (2018 - R\$ 0,17) por ação e rentabilidade sobre o Patrimônio líquido de 10,8% (2018 - 13,7%).

• Limite de Basileia - Patrimônio de Referência

O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado"), formado pelo Banco, líder do Conglomerado, e pela Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., de acordo com as diretrizes do BACEN.

O índice de Basileia é monitorado diariamente e representa um importante indicador do montante de capital alocado em função do grau de risco da estrutura dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 32,88% (2018 - 26,21%) sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

Governança Corporativa - Comitê de Auditoria

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.198, de 27 de maio

de 2004 (conforme alterada), informamos que se encontra instalado o Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê"), cuja constituição foi objeto de aprovação pelo BACEN em 09 de março de 2016.

Compete ao Comitê, dentre outras atribuições, zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Conglomerado, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria independente e da auditoria interna.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Gestão de Riscos

Acreditamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do Grupo Goldman Sachs. Desta forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados às nossas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, socioambiental, regulatório e reputacional. Desenvolvermos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O Conglomerado é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do CMN nº 4.557/17 e nº 4.327/14, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, bem como de risco socioambiental.

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Goldman Sachs e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.327/14, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades. Também está empenhado em utilizar soluções de mercado para promover a

sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento das comunidades em que está inserido, assegurando o atendimento aos interesses de longo prazo de seus clientes e a preservação de valor a longo prazo para os seus acionistas. O Conglomerado atua para que suas instalações e negócios adotem soluções e práticas sustentáveis, uma vez que ambas relacionam-se com o meio ambiente e com as comunidades em que está inserido.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/14, a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/environmental-social-disclosure.pdf>.

Ouidoria e Canal de Denúncias

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.567/17, o Grupo Goldman Sachs designou o Canal de Ouvidoria (constituído em cumprimento à Resolução CMN nº 4.433/15) como o órgão responsável pelo Canal de Denúncias, por meio do qual seus funcionários, colaboradores, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores podem informar, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades. Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/disclaimer/canal-de-denuncia.html>.

Endereço Eletrônico

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13, revogada, a partir de 1º de janeiro de 2020, pela Circular nº 3.930/19 do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

Ouidoria Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou ouvidoriagoldmansachs@gs.com. Horário de funcionamento: segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h. São Paulo, 19 de fevereiro de 2020

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil		
Ativo	2019	2018
Circulante	8.699.221	8.808.235
Disponibilidades	658	2.836
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7)	4.124.995	3.017.764
Aplicações no mercado aberto (nota 7 (a))	4.124.995	3.017.764
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	3.890.751	5.229.093
Carteira própria (nota 8)	1.188.617	3.205.085
Vinculados a compromissos de recompra (nota 8)	82.942	448.713
Vinculados à prestação de garantias (nota 8)	916.457	896.145
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	1.702.735	679.150
Operações de crédito (nota 10)	-	5.392
Empréstimos	-	5.446
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(54)
Outros créditos	681.982	552.001
Carteira de câmbio (nota 11)	255.542	67.118
Rendas a receber	961	2.299
Negociação e intermediação de valores (nota 18)	172.451	352.554
Diversos (nota 12 (a))	253.028	130.030
Outros valores e bens	835	1.149
Despesas antecipadas	835	1.149
Realizável a longo prazo	2.620.064	4.164.181
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7)	104.719	78.163
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 7 (b))	104.719	78.163
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	2.336.455	3.598.191
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	2.336.455	3.598.191
Operações de crédito (nota 10)	-	353.430
Empréstimos	-	357.000
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(3.570)
Outros créditos (nota 12)	178.890	134.397
Diversos (nota 12 (a))	178.890	134.397
Permanente	309.239	273.682
Investimentos (nota 13 (a))	292.173	253.420
Participação em controlada no país	292.173	253.420
Imobilizado de uso (nota 13 (b))	17.066	20.262
Outras imobilizações de uso	17.066	20.262
(-) Depreciações acumuladas	(53.589)	(48.071)
Total do ativo	11.628.524	13.246.098

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo e patrimônio líquido	2019	2018
Circulante	4.913.992	6.882.430
Depósitos (nota 14)	268.551	622.099
Depósitos interfinanceiros	-	122.265
Depósitos a prazo	268.551	499.834
Captações no mercado aberto (nota 15)	274.131	1.050.060
Carteira própria	82.824	444.144
Carteira de terceiros	-	151.001
Carteira livre movimentação	191.307	454.923
Recursos de aceites cambiais e similares (nota 16)	-	95
Certificados de operações estruturadas	-	95
Obrigações por empréstimos (nota 17)	378.511	3.071.023
Empréstimos no exterior	378.511	3.071.023
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	3.481.308	1.443.096
Instrumentos financeiros derivativos	3.481.308	1.443.096
Outras obrigações	511.491	696.049
Carteira de câmbio (nota 11)	255.601	66.699
Sociais e estatutárias	-	85.000
Fiscais e previdenciárias (nota 19 (a))	54.137	68.475
Negociação e intermediação de valores (nota 18)	61.317	341.055
Diversas (nota 19 (b))	140.436	134.820
Exigível a longo prazo	4.794.070	4.623.834
Depósitos (nota 14)	906.288	151.027
Depósitos interfinanceiros	244.555	171.864
Depósitos a prazo	661.733	79.163
Recursos de aceites cambiais e similares (nota 16)	172.534	-
Certificados de operações estruturadas	172.534	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	3.329.989	4.272.788
Instrumentos financeiros derivativos	3.329.989	4.272.788
Outras obrigações	385.259	200.019
Fiscais e previdenciárias (nota 19 (a))	359.874	184.622
Diversas (nota 19 (b))	25.385	15.397
Patrimônio líquido	1.920.462	1.739.834
Capital social (nota 21 (a))	1.468.596	1.383.596
De domiciliados no exterior	1.468.596	1.383.596
Reservas de capital (nota 21 (b))	24.584	35.898
Reservas de lucros (nota 21 (c))	427.282	320.340
Total do passivo e patrimônio líquido	11.628.524	13.246.098

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.383.596	15.684	182.764	-	1.582.044
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 23 (b))	-	20.214	-	20.214	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	237.576	237.576
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,07 por ação) (nota 21 (d))	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 21 (c))	-	-	11.879	(11.879)	-
Reserva estatutária (nota 21 (c))	-	-	125.697	(125.697)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.383.596	35.898	320.340	-	1.739.834
Aumento de capital (nota 21 (a))	-	85.000	-	-	85.000
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 23 (b))	-	(11.314)	-	(11.314)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	206.942	206.942
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 21 (c))	-	-	10.347	(10.347)	-
Reserva estatutária (nota 21 (c))	-	-	96.595	(96.595)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,07 por ação) (nota 21 (d))	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.468.596	24.584	427.282	-	1.920.462
Saldos em 30 de junho de 2019	1.383.596	32.584	323.260	55.472	1.794.912
Aumento de capital (nota 21 (a))	85.000	-	-	-	85.000
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 23 (b))	-	(8.000)	-	-	(8.000)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	148.550	148.550
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 21 (c))	-	-	7.427	(7.427)	-
Reserva estatutária (nota 21 (c))	-	-	96.595	(96.595)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,07 por ação) (nota 21 (d))	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.468.596	24.584	427.282	-	1.920.462

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em R\$ mil

1) Contexto Operacional

O Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de Sociedade Anônima, autorizada a operar como banco múltiplo com as carteiras de investimento e de crédito, financiamento e investimento, incluindo a gestão e administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos e a prática de operações de câmbio.

O Banco, parte integrante do Grupo Goldman Sachs ("Grupo"), iniciou suas atividades operacionais no final de 2006 e vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente.

Em 2008 o Banco passou a atuar como Participante de Liquidação Direta (PLD) da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), passando a liquidar e custodiar suas operações de derivativos listados.

Em maio de 2008 o Banco Central do Brasil ("BACEN") autorizou o Banco a constituir a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), sua subsidiária integral, a qual recebeu em dezembro de 2008 autorização do Conselho de Administração da B3 para operar como corretora no segmento de ações na categoria pleno. O Banco, como líder e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado").

Em 19 de fevereiro de 2020 a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN e modelo de documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

O Comitê de pronunciamentos contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, conforme aplicável, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN e alterações posteriores:

1. CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
2. CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
3. CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
4. CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
5. CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
6. CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
7. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
8. CPC 27 - Ativo imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.
9. Pronunciamento conceitual básico - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
10. CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação de ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas a instituições financeiras. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

3) Principais Políticas Contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

(b) Saldos de operações em moeda estrangeira

Demonstrados com base na PTAX de fechamento na data do encerramento do exercício. A taxa PTAX corresponde às médias aritméticas das taxas de compra e de venda realizadas diariamente.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão compostos por saldos em conta corrente e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de convertibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

(e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos por negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do período; (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM"; e (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período. Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

Em conformidade com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de swaps e outros, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge, sendo assim avaliados a valor de mercado, com os ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado.

(g) Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos. São classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/99 (nota 10).

(h) Permanente

• Investimento

O investimento em controlada, Corretora, está avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

• Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os benefícios, riscos e controles deses bens. Demonstrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil econômica do bem.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos

O CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuaarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizados. Nesse sentido, uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Não há impairment a ser reconhecido sobre ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(j) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridas deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realizações futuras e/ou as provisões para perdas.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidas dos encargos e variações monetárias (em base "

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - Em R\$ mil

As categorias de risco de mercado incluem:

- Risco de taxa de juros: resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível e inclinação das curvas de rendimentos de juros, às volatilidades das taxas de juros e aos *spreads* de crédito.
- Risco de preço das ações: decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.
- Risco de taxa de câmbio: resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.
- Risco de preço de *commodities*: decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias “*commodities*”.

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado. O Conglomerado emprega diversos tipos de métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo, como por exemplo:

- As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (*Value at Risk*) e métricas de sensibilidade.
 - Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse.
 - Os relacionos de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os impulsos decorrentes e as mudanças para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das áreas de negócios e para as áreas de suporte independentes.
- (c) Risco operacional**
 O risco operacional é o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos. De acordo com os requisitos especificados na Resolução CMN nº 4.557/17 e melhores práticas de mercado, o Conglomerado implementou uma estrutura local de gestão do risco operacional em conformidade com as práticas globais do Grupo Goldman Sachs no que diz respeito à gestão e medição de exposição ao risco operacional.

A exposição ao risco operacional deriva de erros de processamento de rotinas, bem como incidentes extraordinários, tais como falhas de sistemas. Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais. O Comitê Global de Risco Operacional, juntamente com comitês regionais, supervisionam o contínuo desenvolvimento e a implementação das estruturas e políticas de risco operacional do Conglomerado.

(d) Risco de liquidez
 A Gestão da Liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, o Conglomerado estabeleceu uma série de políticas de gestão de liquidez que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Goldman Sachs, mas também do mercado financeiro que podem afetar nossas operações. O objetivo principal destas políticas e controles é prover recursos para o Goldman Sachs no Brasil e permitir a manutenção dos negócios e a geração de receita até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Conglomerado Goldman Sachs observa e atende aos termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.557/17.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior incluindo o diretor estatutário responsável pelo risco de liquidez da instituição.

6) Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2019, caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 658 (2018 - R\$ 2.836) e por aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 2.204.175 (2018 - R\$ 2.092) (nota 7 (a)).

7) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

(a) Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2019, estão constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas, no montante de R\$ 4.124.995 (2018 - R\$ 3.017.764) e compostas conforme abaixo demonstrado.

	2019		2018	
	Até 3 meses	Acima de 3 meses	Até 3 meses	Total
Posição bancada:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	–	2.092	2.092
Letras do Tesouro Nacional - LTN	53.809	–	53.809	125.591
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	311.336	–	311.336	217.067
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	3.139.076	430.020	3.569.096	2.084.300
Subtotal	3.504.221	430.020	3.934.241	2.429.050
Posição financiada:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	–	–	151.726	151.726
Subtotal	–	–	151.726	151.726
Posição vendida:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	33.126	–	33.126	69.718
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	83.721	73.907	157.628	367.270
Subtotal	116.847	73.907	190.754	436.988
Total	3.621.068	503.927	4.124.995	3.017.764

(b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2019, estão constituídas por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$ 104.719 (2018 - R\$ 78.163), com vencimento até 05 de dezembro de 2024 e taxas correspondentes a 100% do CDI.

8) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada, conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, na categoria “títulos para negociação”. O valor de mercado dos títulos públicos e privados representa o seu valor presente, o qual foi calculado com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado. O valor da aplicação em quotas do Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado (“FILCB”) reflete o valor da última quota divulgada pelo administrador do fundo, contemplando os resgates e aplicações realizados no período.

As ações são valorizadas pelas cotações de fechamento divulgadas pela BM&FBOVESPA em contrapartida ao resultado do período.

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

(a) Composição por classificação e tipo

	2019		2018	
	Custo corrigido	Valor de mercado	Custo corrigido	Valor de mercado
Carteira Própria	1.188.986	1.188.617	3.205.085	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	513.074	513.193	2.517.615	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	149.868	151.740	63.984	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	73.860	73.852	623.486	
Debêntures	400.000	393.421	–	
Ações	52.184	56.411	–	
Vinculados a Compromissos de Recompra	82.942	82.942	448.713	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	82.942	82.942	367.472	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	–	–	81.241	

(b) Composição do valor nominal por contraparte

	2019				2018			
	Instituições Financeiras	Corporate	Institucional	B3	Sector Público	Total	Total	Total
Swaps	3.785.727	6.816.803	64.624.605	–	1.468.022	76.695.157	135.654.950	
Opções	–	717.246	1.155.896	675.256	–	2.548.398	2.525.259	
NDF (<i>Non-Deliverable Forward</i>)	–	3.691.389	24.876.484	–	127.848	28.695.721	12.461.627	
Outros derivativos	553.909	3.712	12.845.030	–	–	13.402.651	14.058.117	
Operações com futuros	–	–	–	30.206.963	–	30.206.963	66.289.851	
Termo de título público	–	413.099	61.981	975.638	–	1.450.718	481.653	
Total	4.349.736	11.291.131	104.477.653	30.882.219	1.595.870	152.999.608	231.471.457	

(c) Composição do valor nominal por local de negociação

	2019		2018	
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
Swaps	–	76.695.157	76.695.157	135.654.950
Opções	675.256	1.873.142	2.548.398	2.525.259
NDF (<i>Non-Deliverable Forward</i>)	–	28.695.721	28.695.721	12.461.627
Outros derivativos	–	13.402.651	13.402.651	14.058.117
Operações com futuros	30.206.963	–	30.206.963	66.289.851
Termo de título público	–	1.450.718	1,450.718	481.653
Total	30.882.219	122.117.389	152.999.608	231.471.457

(d) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado
 Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro bem como o resultado dos contratos de swap, opções, termo de moeda e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	2019		2018	
	Valor de custo	Ganhos/(perdas) não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
Ativo	3.003.606	1.035.584	4.039.190	4.277.341
Operações de swap	1.202.891	1.005.494	2.208.385	3.481.177
Operações de NDF	122.907	26.572	149.479	69.379
Operações de opções	88.055	(23.740)	64.315	123.356
Outros derivativos	139.979	27.306	167.285	121.864
Termo de título público	1.449.774	(48)	1.449.726	481.565
Passivo	(5.559.279)	(1.252.018)	(6.811.297)	(5.715.884)
Operações de swap	(1.995.482)	(1.595.996)	(3.591.478)	(3.996.574)
Operações de NDF	(393.148)	(60.919)	(454.067)	(28.815)
Operações de opções	(92.541)	(9.374)	(101.915)	(121.193)
Outros derivativos	(1.627.542)	413.938	(1.213.604)	(1.117.649)
Termo de título público	(1.450.566)	333	(1.450.233)	(481.653)

(e) Resultado com derivativos

	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Swaps	(1.592.540)	(628.007)	–	–
Futuros	1.462.812	242.069	–	–
NDF (<i>Non-Deliverable Forward</i>)	(219.129)	615.330	–	–
Opções	(147.370)	35.044	–	–
Outros	(419)	(319)	–	–
Total	(496.646)	264.117	–	–

10) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos. São classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Operações de Crédito” refere-se a empréstimo representado por um contrato indexado ao CDI, concedido na forma de cédula de crédito bancário para entidade não-ligada, cuja atividade econômica se insere na categoria de prestação de serviços, com vencimento em abril de 2021 e pagamento de juros trimestrais.

O valor atualizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 362.446. Em 31 de dezembro de 2018, o nível de risco da operação era classificado como “B”, razão pela qual foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 3.624, correspondente a 1% do valor atualizado do crédito concedido.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a receita de operações de crédito é de R\$ 13.500 (2018 - R\$ 19.971) e a reversão da despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa totaliza R\$ 3.624 (2018 - zero). Em 31 de dezembro de 2018 a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa era de R\$ 3.624.

Em 05 de julho de 2019 o Banco efetivou a cessão sem coobrigação das Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) mantidas em sua carteira.

	2019		2018	
	Custo corrigido	Valor de mercado	Custo corrigido	Valor de mercado
Vinculados à Prestação de Garantias na B3	901.279	916.457	896.145	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	518.627	522.240	11.440	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	118.829	125.801	362.431	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	233.823	234.241	490.025	
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado - FILCB	30.000	34.175	32.249	
Total da carteira	2.173.207	2.188.016	4.549.943	

(b) Classificação e composição por prazo de vencimento

	2019					2018	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Valor de mercado
Títulos para negociação ⁽¹⁾							
Carteira própria	56.411	72.881	382.388	670.572	6.365	1.188.617	3.205.085
Vinculados a compromisso de recompra	–	–	82.942	–	–	82.942	448.713
Vinculados à prestação de garantias na B3 ⁽²⁾	34.175	–	7.664	684.519	190.099	916.457	896.145
Total	90.586	72.881	472.994	1.355.091	196.464	2.188.016	4.549.943

⁽¹⁾ Títulos classificados na categoria para negociação e, assim, apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular nº 3.068/01 do BACEN.

⁽²⁾ Os títulos públicos vinculados à prestação de garantia referem-se às operações realizadas junto à B3.

9) Instrumentos Financeiros Derivativos

Estão representados por operações de futuros, swap, opções, operações a termo de título público e de moeda - NDF (*Non-Deliverable Forward*) e outros derivativos devidamente registrados na B3, envolvendo taxas do mercado interfinanceiro, ações, *commodities* e variação cambial. O Banco atua no mercado de futuros da B3, principalmente como parte da execução de sua política de gerenciamento de riscos, a fim de reduzir os riscos resultantes de suas operações (*hedge* global). A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes visam permitir que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros, índices de preços, do câmbio e de *commodities*. Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se em parâmetros internacionais utilizados pela organização mundialmente. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos, tais como “VaR”.

A precificação dos contratos futuros detidos pelo Banco é apurada com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela B3.

A precificação das operações de swap e a termo de título público e NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

Os instrumentos financeiros derivativos listados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 31 de dezembro estão representados como segue:

(a) Composição por indexador

	2019		2018	
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
Operações de swap	2.208.385	(3.591.478)	76.695.157	135.654.950
Ações x CDI	463	(273)	30.046	–
CDI x Eurolibor	–	–	–	184.449
CDI x IPCA	–	(616.201)	7.204.080	2.250.840
CDI x Libor	–	(248.264)	771.757	850.880
CDI x Pré	23.140	(721.590)	32,655.998	72,542.850
CDI x USD	17.375	(511.414)	2,731.276	2,480.337
CDI x USD Pré	1.881	(1,109.221)	3,245.104	4,115.800
Eurolibor x CDI	–	–	–	184.449
IPCA x CDI	19.617	–	3,276.455	39.933
Libor x CDI	170.980	–	589.988	638.277
Libor x USD	299	(1,038)	148.014	416.002
Ouro x Outros	–	–	–	22.566
Outros x Ouro	–	–	–	22.600
Pré x CDI	288.016	(12,013)	16,507.893	35,167.009
Pré x USD	–	–	–	1,233.965
USD EMTA x Pré	–	–	–	1,233.965
USD Pré x CDI	830.703	–	2,785.769	3,770.158
USD Pré x USD EMTA	87.177	–	651.456	2,415.122
USD x CDI	768.734	(98,034)	5,398.353	4,882.594
USD x Libor	–	(335)	41.357	254.786
USD x USD Pré	–			

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - Em R\$ mil

	2019		2018	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Investimento em controlada	292.173	39.930	253.420	26.042
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	292.173	39.930	253.420	26.042
Instrumentos financeiros derivativos	(351.332)	(947.179)	(82.876)	949.324
Horizon Fundo de Investimento				
Multimercado Crédito Privado (4)	(53.518)	(619.076)	7.569	844.976
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	(297.814)	(328.103)	(90.445)	104.348
Outros créditos - Carteira de câmbio	181	-	-	-
Goldman Sachs International (3)	181	-	-	-
Outros créditos - Negociação e intermediação de valores	130.079	-	352.554	-
Goldman Sachs International (3)	115.658	-	278.409	-
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	14.421	-	74.145	-
Outros créditos - Diversos	107.542	399.644	93.423	411.015
Goldman Sachs Asset Management, L.P. (3)	385	1.434	397	1.505
Goldman Sachs Asset Management International (3)	2.297	8.544	2.367	8.953
Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (3)	-	-	-	3.193
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	5.441	21.027	3.156	21.895
Goldman Sachs International (3)	51.178	204.616	43.627	160.328
Goldman, Sachs & Co. L.L.C. (3)	42.096	152.720	37.667	205.548
Horizon Fundo de Investimento				
Multimercado Crédito Privado (4)	110	1.203	82	850
J. Aron & Company (3)	245	651	87	254
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	705	8.335	642	7.758
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	5.063	-	5.361	493
Outros valores a receber de partes relacionadas (3)	22	1.114	37	238
Depósitos a prazo	(663.941)	(41.714)	(79.163)	(6.464)
Goldman Sachs & Co. (3)	-	-	-	(2.259)
Goldman Sachs Participações II Ltda. (3)	(2.737)	(142)	(2.085)	(124)
Goldman Sachs Participações Ltda. (3)	(4.647)	(234)	(3.193)	(189)
Sphere Fundo de Investimentos Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	(498.730)	(33.537)	-	-
Horizon Fundo de Investimento				
Multimercado Crédito Privado (4)	(157.827)	(7.801)	(73.885)	(3.892)
Depósitos interfinanceiros	(244.555)	(12.406)	(190.662)	(8.988)
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	(244.555)	(12.406)	(190.662)	(8.988)
Captações no mercado aberto	(82.824)	(12.866)	(337.083)	(19.629)
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	(43.247)	(2.100)	(62.015)	(3.904)
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	(39.577)	(10.766)	(275.068)	(15.725)
Outras obrigações - Carteira de câmbio	(180)	-	-	-
Goldman Sachs International (3)	(180)	-	-	-
Outras obrigações - Negociação e intermediação de valores	(1.275)	(1.009)	(18.404)	(744)
Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)	(295)	(1.009)	(18.404)	(744)
Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)	(980)	-	-	-
Outras obrigações - Sociais e estatutárias	-	-	(85.000)	-
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	-	-	(84.915)	-
Goldman Sachs Global Holdings L.L.C. (1)	-	-	(85)	-
Outras obrigações - Diversas (i)	(44.621)	(7.260)	(33.017)	(288)
Goldman, Sachs & Co. L.L.C. (3)	(6.455)	(4.269)	(8.727)	(238)
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(37.900)	-	(22.442)	-
Goldman Sachs Chile Limitada (3)	-	-	(107)	-
Goldman Sachs International (3)	(180)	(2.606)	(1.702)	-
Outras partes relacionadas (3)	(86)	(385)	(39)	(50)
Empréstimos no exterior	(378.511)	(60.705)	(3.071.023)	(83.524)
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(378.511)	(60.705)	(3.071.023)	(83.524)
Patrimônio líquido - Capital social	(1.468.596)	-	(1.383.596)	-
The Goldman Sachs Group, Inc. (1)	(1.467.128)	-	(1.382.213)	-
Goldman Sachs Global Holdings L.L.C. (1)	(1.468)	-	(1.383)	-

(i) Outras obrigações - Diversas referem-se, principalmente, ao repagamento do plano de incentivo de ações (RSUs).

As transações entre partes relacionadas foram contratadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

(b) Remuneração de pessoas-chave da Administração

Para fins de divulgação, são considerados pessoas-chave da Administração os diretores estatutários do Conglomerado.

	2019	2018
Benefícios de curto prazo - Administradores		
Proventos	31.063	26.594
Encargos sociais curto prazo	9.564	8.262
Benefícios de longo prazo - Administradores		
Pagamento baseado em ações	9.439	6.360
Encargos sociais longo prazo	3.181	2.143

23) Plano de Previdência Privada e de Incentivo de Ações

(a) Plano de previdência privada

O Banco oferece a todos os funcionários um plano de previdência privada PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) na modalidade de contribuição definida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco contribuiu com R\$ 3.181 (2018 - R\$2.599) para o fundo de previdência.

(b) Plano de incentivo de ações

The Goldman Sachs Group, Inc. empresa controladora do Banco, patrocina o plano de pagamento em ações, Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. (SIP), que prevê, entre outras alternativas, concessões de opções de ações de incentivo e unidades de ações restritas (RSUs). A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo da data da outorga do prêmio. Prêmios de ações que não requerem prestação de serviços futuros são reconhecidos como despesa (ex., prêmios adquiridos, incluindo prêmios

concedidos a ex-empregados elegíveis). Prêmios de ações que requerem prestação de serviços futuros são amortizados no decorrer do período do serviço prestado. As prescrições previstas são incluídas na determinação da despesa de pagamento de ações a empregados. O Banco paga dividendos equivalentes em dinheiro sobre o saldo das RSUs.

• Unidades de ações restritas

A empresa controladora indireta outorga RSUs para os empregados do Banco de acordo com o SIP, as quais são avaliadas com base no preço de fechamento das ações na data da outorga levando em consideração um desconto de liquidez de quaisquer restrições aplicáveis pós-aquisição de transferência. O direito adquirido sobre as unidades de ações restritas, bem como as ações ordinárias entregues, são concedidas conforme descrito no acordo de RSU, prevendo outorga acelerada em determinadas circunstâncias, tais como, aposentadoria, morte, incapacidade e conflito de trabalho. A entrega das ações ordinárias está condicionada à aquisição de direito dos beneficiários que preencham os requisitos definidos no plano de incentivos.

As RSUs são emitidas em dólar americano e convertidas para reais pela taxa PTAX de venda divulgada pelo BACEN para 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	2019		2018	
	Requer serviço futuro (unvested) (nº de ações)	Não requer serviço futuro (vested) (nº de ações)	Requer serviço futuro (unvested) (nº de ações)	Não requer serviço futuro (vested) (nº de ações)
Movimentação pela quantidade de ações:				
Saldo ao final do exercício anterior	15.802	27.565	13.897	43.452
Outorgada ⁽¹⁾ ⁽²⁾ (granted)	32.389	12.000	20.870	3.713
Prescrita (forfeited)	(139)	(3.932)	(10)	(10)
Entregue ⁽³⁾ (delivered)	-	(25.239)	-	(35.080)
Adquirida por direito ⁽²⁾ (vested)	(17.414)	17.414	(19.156)	19.156
Transferida entrada(saída) (transfers)	(2.079)	-	201	(3.666)
Saldo ao final do exercício	28.559	27.808	15.802	27.565

	2019		2018	
	Requer serviço futuro (unvested) (média ponderada)	Não requer serviço futuro (vested) (média ponderada)	Requer serviço futuro (unvested) (média ponderada)	Não requer serviço futuro (vested) (média ponderada)
Movimentação pela média ponderada (Em Reais):				
Saldo ao final do exercício anterior *	911,87	770,79	690,99	600,09
Outorgada ⁽¹⁾ ⁽²⁾ (granted)	724,48	742,29	880,16	880,16
Prescrita (forfeited)	796,67	748,26	921,54	566,34
Entregue ⁽³⁾ (delivered)	-	752,81	-	607,68
Adquirida por direito ⁽²⁾ (vested)	785,30	785,30	745,20	745,20
Transferida entrada(saída) (transfers)	768,69	-	801,62	562,50
Saldo ao final do exercício *	787,36	784,25	876,60	740,98

* O "saldo ao final do exercício" para o ano de 2019 difere do "saldo ao final do exercício anterior" em 2018, para fins dessa divulgação, em função da PTAX utilizada para conversão em 31 de dezembro de 2019 em comparação a PTAX utilizada para conversão em 31 de dezembro de 2018.

⁽¹⁾ A média ponderada a valor justo na data da outorga das RSUs concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 729,27 (2018 - R\$ 886,90). O valor justo das RSUs outorgadas em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 inclui um desconto de liquidez (liquidity discount) de 9,22% e 7,55%, respectivamente, para refletir restrições de até 4 anos pós-aquisição do direito de transferência.

⁽²⁾ O valor justo agregado das ações com direito adquirido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 23.256 (2018 - R\$ 16.214).

⁽³⁾ A média ponderada na data de entrega das RSUs entregues em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 797,47 (2018 - R\$ 1.012,53).

Em decorrência da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações, o Banco registrou o total de despesas de provisão para pagamento em ações, líquido de prescrições, baseado no preço da data de outorga. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi registrado na rubrica "Despesas de pessoal" o montante de R\$ 31.862 (2018 - R\$ 23.383) referente a amortização dos prêmios em ações e do efeito da variação cambial calculada sobre o saldo da provisão para pagamento em ações registrada no passivo.

A contrapartida do lançamento acima foi contabilizada como provisão em "Outras Obrigações - Diversas - Valores a pagar a sociedades ligadas".

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco registrou despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 10.193 (2018 - R\$ 5.566), registrado na rubrica "Despesas de pessoal".

Considerando o contrato de repagamento assinado em 31 de dezembro de 2012 com a The Goldman Sachs Group, Inc. a provisão para pagamento em ações referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 corresponde ao valor ajustado a mercado de R\$ 37.301 (2018 - R\$ 22.075). Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para encargos sociais, registrada na rubrica "Outras Obrigações - Diversas", é de R\$ 14.036 (2018 - R\$ 10.226).

24) Outras Informações

(a) Passivos contingentes e obrigações legais

• Passivos contingentes trabalhistas classificados como risco de perda provável e possível
Em 31 de dezembro de 2019, o Banco figura como parte em litígios de natureza trabalhista, patrocinados por ex-funcionários e ex-prestadores de serviços. O valor das contingências é provisionado com base nas características individuais de cada ação. Em 31 de dezembro de 2019, as contingências trabalhistas classificadas como risco de perda provável pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos, montam em R\$ 824 (2018 - R\$ 124). Em 31 de dezembro de 2019, não existem contingências trabalhistas classificadas como possíveis, com base nos pareceres emitidos pelos consultores legais externos responsáveis pela condução das ações (2018 - R\$ 6.053).

• Passivos contingentes fiscais classificados como risco de perda possível

O Banco é parte em processos na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

Os processos envolvem os seguintes assuntos: (a) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no valor de R\$ 410 (2018 - R\$ 396); (b) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes de desmutualização da BOVESPA no valor de R\$ 4.745 (2018 - R\$ 4.603); (c) IRPJ relativo aos exercícios de 2009 a 2011, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 9.213 (2018 - R\$ 8.881); e (d) IRPJ relativo ao exercício de 2014,

em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 6.933, atualizados pela Selic acumulada desde a data do auto de infração até 31 de dezembro de 2019.

(b) Cláusula para compensação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional
O Banco tem celebrado com certas contrapartes Contratos Globais de Derivativos ("CGDs") que possuem cláusulas de compensação ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, conforme alterada. Tais cláusulas estabelecem, de modo geral, a compensação das obrigações decorrentes das operações de derivativos vigentes e futuras cursadas com tais contrapartes. O registro dos CGDs contendo cláusulas de compensação é feito na CETIP. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no Balanço Patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação de valores.

(c) Receitas de prestação de serviço

Receitas de prestação de serviços referem-se a:

	2019	2018
Rendas de serviços prestados a ligadas ⁽¹⁾	352.319	368.710
Rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica ⁽²⁾	77.600	100.347
Rendas de comissões de colocação de títulos	44.955	5.418
Rendas de administração de fundos de investimentos ⁽³⁾	9.525	8.587
Total	484.399	483.062

⁽¹⁾ Referem-se a rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas à partes relacionadas.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2019, R\$ 49.242 (2018 - R\$ 78.480) referem-se a rendas de serviços prestados a terceiros. Em 31 de dezembro de 2019, inclui ainda R\$ 28.358 (2018 - R\$ 21.867) referentes a receitas com taxas de clearing prestadas a entidades ligadas.

⁽³⁾ Rendas de gestão de fundos de investimentos são compostas, na sua totalidade, por receita com partes relacionadas.

(d) Despesas de pessoal

Despesas de pessoal referem-se a:

	2019	2018
Proventos	175.475	178.576
Encargos	67.796	54.749
Benefícios e treinamentos	19.943	21.558
Total	263.214	254.883

(e) Outras despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

	2019	2018
Serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	41.755	28.951
Aluguel	19.938	18.192
Serviços técnicos especializados ⁽²⁾	10.942	8.300
Processamento de dados	8.696	7.174
Viagens	6.236	6.055
Depreciação e amortização	5.532	5.080
Serviços de terceiros	4.386	4.305
Materiais, manutenção e conservação de bens	3.651	3.305
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	3.630	3.355
Seguros, vigilância e segurança	3.499	3.407
Promoções e relações públicas	1.355	1.061
Outras despesas administrativas	11.892	7.529
Total	121.512	96.714

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2019, serviços do sistema financeiro incluem comissões de distribuição de Certificados de Operações Estruturadas ("COE") emitidos pelo Banco (nota 16) no valor de R\$ 17.157 (2018 - zero).

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2019, serviços técnicos especializados incluem serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira, contratados com partes relacionadas, no valor de R\$ 7.202 (2018 - R\$ 6.597).

(f) Despesas tributárias

Despesas tributárias referem-se a:

	2019	2018
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	23.935	24.816
Despesas de contribuição ao PIS/COFINS	20.863	21.735
Despesas tributárias - IOF	339	456
Outras contribuições	2.981	1.908
Total	48.118	48.915

(g) Outras receitas operacionais
Referem-se, substancialmente, a receitas de variação cambial sobre saldos a receber em moeda estrangeira no valor de R\$ 8.793 (2018 - R\$ 39.098), à reversão de provisão para garantia firme no valor de R\$ 1.500 (2018 - zero) e ao reembolso de despesa decorrente do custo incorrido no desenvolvimento tecnológico de uso interno no montante de R\$ 6.611 (2018 - R\$ 6.159).

(h) Outras despesas operacionais

Referem-se, substancialmente, à despesas de variação cambial sobre saldos a pagar registrados em moeda estrangeira no valor de R\$ 8.541 (2018 - R\$ 33.055) e à provisão para garantia firme no montante de R\$ 1.500 (2018 - R\$ zero).

(i) Resultado não operacional

Refere-se, substancialmente, à receita decorrente da (i) locação de ativos, conforme descrito no "Instrumento Particular de Aluguel de Ativos", firmado na data de 28 de junho de 2013, e (ii) sublocação de imóvel, conforme descrito no "Instrumento Particular de Sublocação para fins não Residenciais", firmado na data de 04 de fevereiro de 2013, ambos entre o Banco e a Corretora, no montante de R\$ 2.641 (2018 - R\$ 2.410).

(j) Plano de benefícios a funcionários

Conforme Resolução CMN nº 4.424/2015, que regulamenta o registro contábil e a evidenciação de benefícios a empregados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a Administração do Banco, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atuarial a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.